

# *Ideologia e Ensino de Língua Inglesa: relações e implicações*

IDEOLOGY AND ENGLISH LANGUAGE TEACHING:  
RELATIONS AND IMPLICATIONS

Tainá Almeida Alves **Martins\***

Diógenes Cândido de **Lima\*\***

**Resumo:** Sob a premissa de que todo discurso possui essência política, sendo ideológico por natureza, discutimos neste artigo conceitos de ideologia e sua relação com o ensino de língua inglesa (LI). Sendo a linguagem mediadora de ideologias, não há como enxergar o ensino de línguas como um exercício neutro, mas como prática igualmente politizada. Neste artigo, o conceito de ideologia e sua relação com a língua(gem) e o discurso são inicialmente elucidados. Para isso, nos valem das contribuições teóricas de Bakhtin, Foucault e Fairclough. Num segundo momento, nos dedicamos a traçar um resumido percurso histórico da expansão da LI até alcançar seu atual status de língua franca e utilizamos como suporte teórico os estudos de Crystal e McKay, entre outros. Somando voz às pesquisas de Rajagopalan, Siqueira e Kumaravadivelu, lançamos o olhar sobre a intrínseca relação da ideologia e o ensino de LI para, por fim, identificarmos as possíveis implicações pedagógicas decorridas dessa relação.

**Palavras-chave:** Ideologia. Ensino de LI. Discurso.

---

\* Mestra em Letras: Cultura, Educação e Linguagens pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2015). Contato: nahalmeida@hotmail.com.

\*\* Doutor em Educação/ Estudos da Linguagem pela Southern Illinois University (1996). Professor Doutor Pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Contato: dlima49@gmail.com.

**Abstract:** Under the assertion that all discourse has political essence, being ideological by nature, in this paper we discuss concepts of ideology and its relation to English language (EL) teaching. For language is the mediator of ideologies, there is no way to see language teaching as a neutral exercise, rather as a politicized practice. In this article, the concept of ideology and its relationship to language and discourse are initially elucidated. For this, we make use of Bakhtin, Foucault and Fairclough's theoretical contributions. Secondly, we dedicated to trace a brief historical background of EL expansion until it reaches its current status of lingua franca and we used as theoretical support Crystal and McKay's studies, among others. Agreeing with Rajagopalan, Siqueira and Kumaravadivelu's research, we laid eyes on the intrinsic relationship of ideology and EL teaching to finally identify the possible pedagogical implications arisen from this relationship.

**Keywords:** Ideology. EL teaching. Discourse.

### **Considerações Iniciais**

“A palavra é o fenômeno ideológico por excelência”. É com essa afirmação que Bakhtin (2002, p. 36) esclarece o poder que tem a linguagem e a interação que ela proporciona aos indivíduos enquanto seres sociais. É com essa mesma declaração que escolhemos iniciar esta discussão. A palavra tem o poder de estabelecer sistemas de ideias e de desestruturá-los também. Ela é essencialmente política e ideológica. Por esta razão, a linguagem não pode ser vista como um instrumento neutro, pois ela não apenas media a comunicação entre as pessoas, mas veicula ideologias.

De acordo com Fairclough (2001), as ideologias são significações da realidade que têm sua materialização nas práticas discursivas e contribuem para a produção, reprodução ou transformação das relações de dominação entre as classes sociais. Se as práticas discursivas de qualquer instância são influenciadas por relações de poder e geralmente reproduzem um discurso dominante, é um erro pensar que “ensinar uma língua é um processo que pode se ancorar em neutralidade ou onde relações de poder e ideologia podem ser facilmente ignoradas” (SIQUEIRA, 2005, p. 17).

A expansão do inglês, fruto do imperialismo britânico e americano, trouxe consigo fortes traços ideológicos mantidos pela herança da língua em seus países de dominação e naqueles com os quais estabelece contato. O professor que se propõe a ensinar uma língua com status de língua franca/internacional<sup>1</sup>, como o inglês, deve estar consciente da ideologia dominante intrínseca a ela e da postura política que deverá assumir diante de sua prática pedagógica. No contexto de ensino-aprendizagem de língua inglesa (doravante LI), entretanto, não é incomum testemunharmos certo desconhecimento do caráter político-ideológico que o ensino da LI carrega consigo. E, por esta razão, vemos constantemente

... abater-se uma crítica vigorosa diante da postura supostamente alienada e apolítica da maioria dos professores, onde a glorificação de culturas estrangeiras, principalmente as culturas americana e britânica, se tornou uma máxima. (SIQUEIRA, 2005, p. 4)

A questão se problematiza quando o professor, inconsciente do seu papel político no ensino da LI, incorpora o discurso dominante de que existem culturas superiores, mais nobres, e sucumbe ao que Graddol (2000) chamou de “economic power” das línguas, assumindo uma atitude exageradamente positiva em relação à língua e cultura do outro e negativa em relação a sua própria cultura. Ao agir assim, o professor de LI, deliberadamente ou não,

... tende a imobilizar o pensamento cultural crítico do aluno, e ao simplesmente seguir o livro didático cegamente ou se deixar levar pelo sentimento de idolatria da(s) cultura(s) alvo, ignorando o jogo ideológico do qual ao mesmo tempo participa como jogador e árbitro, abstém-se do salutar exercício de patrocinar o confronto sadio entre

---

<sup>1</sup> Empregamos aqui os termos “língua franca” e “língua internacional” como sinônimos, embora cientes de que dessemelhanças entre os termos sejam defendidas por alguns autores. A nosso ver, os dois termos na verdade se complementam. Nossa posição será justificada com maior clareza na parte deste artigo com o subtítulo: *Inglês como língua internacional: breve histórico da expansão da LI.*

culturas, deixando seu aprendiz totalmente inerte, igualmente alienado e à mercê dessa eterna e renitente condição de inferioridade impregnada na alma dos povos oriundos de ex-colônias, como o Brasil. (SIQUEIRA, 2005, p. 9)

Cientes da responsabilidade do professor de LI frente a esses desafios e enquanto pesquisadores comprometidos com a ideologia linguística, nos propusemos neste artigo a esclarecer a intrínseca relação entre língua(gem)<sup>2</sup>, discurso e ideologia (ou seja, como a ideologia está presente e é veiculada pela linguagem e pelo discurso); a apresentar um breve percurso histórico da expansão do inglês no mundo; a elucidar a relação existente entre ideologia e ensino-aprendizagem de LI; e, por fim, a identificar algumas implicações pedagógicas decorrentes dessa relação.

### **Língua(gem), Discurso e Seus Fios Ideológicos**

*As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos, e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios.*  
(BAKHTIN, 2002, p. 41)

Numa perspectiva marxista da linguagem, Mikhail Bakhtin (2002, p. 38) apresenta a palavra como sendo o “objeto fundamental do estudo das ideologias”. Para que se analise a ideologia há que se passar pela língua(gem), pois é lá onde ela se manifesta. Tanto as relações sociais quanto as transformações ideológicas por que passam as sociedades estão sempre refletidas na língua. Mais do que refletidas, elas são refratadas pelo signo ideológico das palavras, como explica Bakhtin (2002, p. 46, grifo do autor):

O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também *se refrata*. O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: *a luta de classes*.

---

<sup>2</sup> Optamos por ignorar a dicotomia língua/linguagem por entendermos que essas duas palavras se tratam de membros indissociáveis do mesmo fenômeno, isto é, do complexo sistema semiótico que possibilita a interação entre os indivíduos.

E o que seria essa luta de classes presente na língua(gem)? Na visão marxista, e com a qual corroboramos, a luta de classes seria o constante conflito entre a classe dominante e as classes dominadas em prol do poder. Luta esta que se dá por meio das práticas de discursos presentes no meio social. Para que possamos compreender melhor a relação entre língua(gem) e ideologia, é preciso nos “mover para além do tratamento da linguagem como sistema e começar a tratá-la como discurso” (KUMARAVADIVELU, 2008, p. 140).

O conceito de discurso que utilizamos aqui é imanente da Análise do Discurso e é definido por Foucault (1987, p. 90) como “uma prática regulada que dá conta de uma série de enunciados”. Pela ótica foucaultiana, a língua(gem) é apenas um dos muitos aspectos do discurso. Kumaravadivelu (2008, p. 140, grifo nosso) esclarece que essa definição de discurso

... se relaciona a **estruturas sociopolíticas** que criam as condições reguladoras de enunciados ou textos particulares. O discurso designa o território conceitual inteiro no qual o conhecimento é produzido e reproduzido. Inclui não somente o que é, na verdade, pensado e articulado, mas também **determina o que pode ser dito ou ouvido e o que é silenciado**, o que é aceitável e o que é tabu. O discurso, nesse sentido, é um campo ou **domínio dentro do qual a linguagem é usada de modos particulares**. Esse campo ou domínio é produzido nas e por meio das **práticas sociais, instituições e ações**.

Existe uma infinidade de discursos presentes nas relações sociais, mas o que se pode notar é que há sempre um discurso dominante que difunde uma ideologia dominante. Esse discurso surge para atender às necessidades do poder hegemônico e é veiculado por instituições ideológico-sociais como a ciência, a imprensa, a igreja, a escola, o governo, etc. Foucault (2007, p. 12) define discurso dominante como sendo uma política geral de verdade que cada sociedade possui;

... o tipo de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiro; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, [...] as técnicas e os procedimentos que são

valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

A importância do discurso e da língua(gem) reside, então, na sua intrínseca relação com a ideologia: em sua capacidade de propagá-la, mas também de modificá-la.

Mas, afinal, o que é ideologia? Cabe aqui elucidarmos alguns dos principais conceitos. Começaremos por apontar as considerações de Fairclough (2001) acerca desse tema. Para ele,

... as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das **relações de dominação**. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117, grifo nosso)

Percebe-se, então, que a ideologia revela uma importante ligação com a luta de classes (dominante e dominada, opressora e oprimida) e as relações de poder, as quais se estabelecem através da dominação de uma classe sobre as demais. E isso ocorre por meio de um discurso dominante que se manifesta na língua(gem) utilizada nas interações sociais de qualquer instância. É evidente, então, a existência de uma relação lógica entre o discurso (as práticas discursivas da sociedade) e a estrutura social, onde esta última se torna tanto uma condição para a produção do discurso quanto um efeito dele. Dessa forma, o discurso colabora para a construção de todas as esferas que moldam e restringem direta ou indiretamente a estrutura social por meio de suas normas e convenções, bem como das instituições que se localizam por trás delas (FAIRCLOUGH, 1992).

Thompson (1990 apud KUMARAVADIVELU, 2008, p. 142) define ideologia como “significado a serviço do poder” e estudá-la seria “estudar modos pelos quais o significado serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”. Outros importantes conceitos de ideologia que corroboram com as ideias aqui explanadas são os apresentados por Chauí (2006, p. 82, grifo nosso):

[Ideologia é o] processo pelo qual **as idéias da classe dominante tornam-se idéias de todas as classes sociais, tornam-se idéias dominantes**. [...] de modo que a classe que **domina no plano material** (econômico, social e político) também **domina no plano espiritual** (das idéias). [...] Conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer.

A partir das definições supracitadas, fica clara a relação entre classe dominante, discurso dominante e ideologia dominante. A ideologia é inerente aos discursos e é manifestada/propagada por meio da interação social, a qual ocorre através da língua(gem). Mas, para compreendermos como se dá a transmissão dessa ideologia por meio da língua(gem), é necessário voltarmos aos estudos de Bakhtin.

Por sua característica relacional, o ser humano se constitui na alteridade – ou seja, na sua relação com o outro. É através dessa interação que “nossa fala, isto é, nossos enunciados [...], [se tornam] repletos de palavras *dos outros*” (BAKHTIN, 1997, p. 315, grifo do autor). Assim, como ser social, o sujeito é objeto de manipulação ideológica e seus enunciados ecoam enunciados do outro, os quais são assimilados e reproduzidos de forma consciente ou não, como esclarece Bakhtin (2004, p. 79): “nenhuma enunciação verbalizada pode ser atribuída exclusivamente a quem a enunciou: é produto da interação entre falantes e em termos mais amplos, produto de toda uma situação social em que ela surgiu”. Isso quer dizer que toda vez que falamos, reproduzimos discursos já existentes, os quais assimilamos, reformulamos e utilizamos como “nossos”. Esse processo é natural, pois “a polifonia é intrínseca ao uso da linguagem” (MOITA LOPES, 1999, p. 7).

Os discursos reproduzidos por nossa fala vão se tornando comuns por meio da repetição e é nisso que reside a eficácia das ideologias: ela está garantida quando estas se naturalizam no seio social através das ininterruptas práticas discursivas e se tornam senso comum – isto é, se estabilizam (FAIRCLOUGH, 1992). Este autor prefere, entretanto, enfatizar o caráter

transformador do discurso, uma vez que a luta ideológica, inerente às práticas discursivas, tem a capacidade de modificar as estruturas discursivo-ideológicas, como justifica:

... essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência à ‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da **transformação das relações de dominação**. Quando são encontradas **práticas discursivas contrastantes** em um domínio particular ou instituição, há probabilidade de que parte desse contraste seja ideológica. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117, grifo nosso)

O que quer dizer que, embora o discurso contribua para a massificação e estabilização da ideologia dominante, ele mesmo pode contribuir para sua transformação, desde que haja uma consciência crítica por parte dos indivíduos e uma intenção de romper com a prática discursiva adotada, empregando outra contrária à primeira.

Tendo como ponto de partida as assertivas expostas, identificamos, assim, a clara relação entre língua(gem), discurso, ideologia e poder. Partiremos agora para um breve histórico da expansão da LI no mundo, a fim de compreendermos a ideologia que permeia este fenômeno global.

## **Inglês como Língua Internacional: breve histórico da expansão da LI**

*Uma língua se torna internacional ou global por uma única razão –  
o poder das pessoas que a falam.*  
(CRYSTAL, 2010, p. 10)<sup>3</sup>

O primeiro registro de expansão da língua inglesa data do século V quando, advindo das terras do norte europeu, este idioma chega à Inglaterra

---

<sup>3</sup> Essa e todas as outras traduções contidas neste artigo são de nossa responsabilidade.



e começa rapidamente a se espalhar pelas Ilhas Britânicas. Crystal (2003) acredita, no entanto, que esse primeiro movimento de expansão do inglês pode ser considerado pequeno se comparado com os eventos posteriores.

No século XV, a língua da comunicação internacional e dos escritores acadêmicos era o latim. Por isso, toda a produção literária estava restrita a uma pequena parcela da sociedade que dominava esse idioma. Mesmo nas cortes de justiça inglesas, o idioma utilizado não era o inglês, mas uma mistura de latim e francês. Esse cenário começa a mudar quando, neste mesmo século, Johannes Gutenberg desenvolve a tecnologia da prensa móvel na Europa, o que possibilitou a primeira impressão de um livro em inglês no ano de 1470 (MAFRA, 2004).

É no século XVI que o inglês dá seu primeiro passo significativo em escala mundial, quando das primeiras expedições britânicas para as terras de além-mar – atualmente América do Norte e Canadá. Outras terras foram sendo alcançadas posteriormente: Caribe, Austrália, Nova Zelândia, África e Ásia<sup>4</sup> (CRYSTAL, 2003). O período colonial foi um importante promotor da disseminação do inglês pelo mundo, mas não o único.

O século XVII foi uma época em que a atividade comercial da cidade de Londres trouxe consigo inúmeros avanços tecnológicos e atraiu diversos inventores e intelectuais de toda a Europa, dando início à chamada Revolução Industrial. Com isso, o inglês passou a assumir a função antigamente ocupada pelo latim. As tecnologias tipográficas, originadas no Reino Unido, carregavam consigo a necessidade de conhecimento do inglês para seu bom aproveitamento por parte dos outros países nelas interessados, como comenta McKay (2002, p. 15-16):

A maioria das inovações criadas para a indústria era de origem britânica, o que resultava em novas terminologias e expressões inglesas para os avanços científicos e tecnológicos. Aqueles que queriam aprender sobre essas inovações precisavam do inglês para compreender a nova terminologia e para conversar com os inventores e manufactureiros falantes de inglês.

---

<sup>4</sup> Informações mais detalhadas sobre as conquistas territoriais da Inglaterra e a consequente expansão da língua inglesa podem ser encontradas no livro *English as a Global Language* de David Crystal (2003).

Este foi apenas o começo da grande expansão que viria a seguir. Com a Revolução Industrial a todo vapor, entre os anos de 1750 e 1900, metade de toda a produção tecnológica e científica do mundo advinha das pesquisas realizadas pelos Estados Unidos e Inglaterra, especialmente depois da criação da máquina de impressão rotativa e dos novos sistemas de transporte (MAFRA, 2004). Muitos eram os materiais impressos em inglês que circulavam nos grandes centros tecnológicos: “manuais técnicos e folhetos, livros de instruções, periódicos especializados e populares, propagandas, e procedimentos de comunidades científicas” (CRYSTAL, 2003, p. 82).

A explicação sobre o status do inglês no mundo trazida por Crystal (2003) é de que se trata de uma língua que esteve repetidamente no lugar certo na hora certa. Como explicitamos, a expansão da LI foi marcada por diversos fatores em diferentes épocas e o status mundial da LI se deve principalmente a esses dois: o crescimento do poder colonial britânico e o surgimento dos Estados Unidos como principal potência econômica mundial, e é este último fator que continua fomentando o atual status da língua. Sobre o desenvolvimento do inglês no mundo, ele explica:

Nos séculos XVII e XVIII, o inglês era a língua da nação colonial líder – Grã-Bretanha. Nos séculos XVIII e XIX, era a língua do líder da revolução industrial – também a Grã-Bretanha. No final do século XIX e começo do XX, era a língua da principal potência econômica – os EUA. Como resultado, quando novas tecnologias trouxeram novas oportunidades linguísticas, o inglês emergiu como uma língua de primeira linha em indústrias que afetavam todos os aspectos da sociedade – a imprensa, a publicidade, a radiodifusão, o cinema, as gravadoras, o transporte e as comunicações. (CRYSTAL, 2003, p. 120)

Por ter sido o idioma de potências econômicas mundiais que exerceram influência sobre os demais povos e culturas, fica fácil perceber o real motivo da LI ter se tornado uma língua internacional. Para Crystal (2010), existe uma única razão: o poder das pessoas que a falam.

Mas é claro que ‘poder’ significa coisas diferentes em tempos diferentes. No caso do Inglês, a língua tem se disseminado como resultado de

uma combinação de poder **político/militar** (o Império Britânico), poder **tecnológico** e **científico** (Revolução Industrial), poder **econômico** (libras, e depois dólares) e poder **cultural** (transmissões televisivas, viagens, filmes músicas pop, internet...). (CRYSTAL, 2010, p. 10, grifo nosso)

É possível perceber ainda outro elemento crucial cuja contribuição elevou a LI ao status de língua internacional ou franca: a globalização. Este fenômeno permite a troca de informações e tecnologias de forma rápida e abre portas para a comunicação em tempo real entre nações. Com o advento da internet – carro-chefe da globalização do século XXI – os países se perceberam equipados com uma mega infraestrutura para comunicação e conexões comerciais. Mas a infraestrutura apenas não era o suficiente. Era preciso que houvesse compreensão entre as nações. Daí surgiu a necessidade de uma língua comum nas trocas de informações tecnológicas e científicas e, para atender a esses propósitos, o inglês se tornou a língua global (MAFRA, 2004). As implicações do uso do inglês para estes fins são descritas por esta estudiosa:

Não se pode negar que o fenômeno da globalização distribui continuamente novas tecnologias pelo mundo afora. E como muitas dessas tecnologias se originam em países falantes de inglês, a distribuição de tecnologia tende a carregar o inglês consigo. Isto cria uma porta de entrada para um novo vocabulário advindo de países falantes de inglês para aqueles países receptores das novas tecnologias e, no final, estes países ‘adotam palavras e frases inglesas’ em suas próprias línguas (Graddol, 1997, p. 36). (MAFRA, 2004, p. 141)

A presença da LI no vocabulário cotidiano de nações não falantes de inglês e a necessidade ao acesso às novas tecnologias de informação oportunizaram o interesse pelo aprendizado deste idioma no mundo inteiro. A partir desse momento, a LI passou a ser objeto de desejo e consumo nos países que queriam se desenvolver e modernizar.

Ao analisar a presença e uso do inglês no mundo, Kachru (1989 apud MCKAY, 2002) apresentou um esquema no qual havia três círculos

concêntricos: a) o “Inner Circle”, onde o inglês é falado como primeira língua e é predominantemente a língua de comunicação (i.e. Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Austrália); b) o “Outer Circle”, onde a LI é resultado de uma ocupação colonial e serve como segunda língua coexistindo com outras línguas locais (i.e. Índia, Filipinas, África do Sul e Singapura); e c) o “Expanding Circle”, onde a presença do inglês se deve aos efeitos da Segunda Guerra Mundial e onde o idioma é amplamente estudado como língua estrangeira (i.e. China, Japão, Coréia e Brasil).

Alguns estudiosos questionam a validade deste modelo inicial proposto por Kachru (*op. cit.*) alegando a crescente complexidade da presença e usos da LI no mundo atual. Outra metáfora foi, então, utilizada para representar a expansão desse idioma: a de sucessivas ondas (KACHRU et al., 2006). Impressa nesta nova metáfora está a ideia de que o inglês não se espalhou pelo mundo de forma invariável, mas já na sua primeira onda, o idioma produziu variedades, tais como o inglês irlandês e o inglês escocês. As outras três ondas que sucederam a essa primeira produziram estas variedades, respectivamente: inglês americano, australiano etc.; inglês indiano, nigeriano etc.; e, por último, inglês chinês, ucraniano, brasileiro, entre outros (RAJAGOPALAN, 2012).

É deste entendimento que se deriva o termo “World English”, defendido por Rajagopalan (2012), cujo significado se assemelha a “inglês global/mundial” e cuja referência é de desterritorialização do idioma, vindo este a pertencer ao mundo e não mais a alguns países isoladamente. Aqui, desaparece a noção de falante nativo como sendo superior e a LI é vista como “uma língua mista e livre de qualquer sujeição à determinada variante padrão” (KOVALEK, 2013, p. 8).

Outros termos são usados para caracterizar o atual status da LI: língua franca e língua internacional. O primeiro termo é de origem latina e foi definido por Seidlhofer (apud GIMENEZ et al., 2011, p. 7) como sendo

... um sistema linguístico adicional que serve como meio de comunicação entre falantes de diferentes línguas maternas, ou uma língua pela qual os membros de diferentes comunidades de fala podem se comunicar entre si, mas que não é a língua materna de nenhum deles – uma língua que não tem falantes nativos.

Crystal (2003) explica que a escolha de uma língua franca é resultado da necessidade de comunicação entre localidades que possuem diferentes idiomas. Assim, uma língua comum (tradução de *lingua franca*) é escolhida para tal fim. Podendo esta ser um idioma oficial falado em uma dessas comunidades – geralmente o do grupo dominante – ou uma língua estrangeira – devido à sua influência econômica, política ou religiosa.

O alcance geográfico no qual uma língua franca pode ser usada é inteiramente controlado por fatores políticos. Muitas línguas francas se expandem por pequenas áreas – entre poucos grupos étnicos em uma parte de um país ou conectando o comércio entre um número reduzido de países, como no caso do oeste africano. Diferentemente, o latim foi uma língua franca em todo o Império Romano – pelo menos na esfera governamental (poucas pessoas ‘comuns’ nos domínios subjugados teriam falado o latim). E nos tempos modernos, o swahili, o árabe, o espanhol, o francês, o inglês, o hindi, o português e várias outras línguas desenvolveram um grande papel internacional como língua franca em áreas limitadas do mundo. (CRYSTAL, 2003, p. 28-29)

Como o latim e o francês em suas respectivas épocas, o inglês também conquistou o status de língua franca: é a língua majoritariamente escolhida para ser utilizada no comércio e nas relações internacionais, na diplomacia, na informática e na produção científica. Status que lhe confere certo elitismo, visto que a classe social inserida nesses contextos de uso do idioma é a mais alta. Por este ponto de vista, alguns autores defendem a ideia de que o inglês não pode mais ser chamado de língua franca, pois ele já não pertence apenas a essa determinada fatia da sociedade, seu alcance já penetrou outras classes sociais (BRUTT-GRIFFLER, 2002 apud MCKAY, 2002). Contestação discutível, segundo McKay (2002), já que há países com contextos diferentes de aprendizado da língua, onde, para se ter acesso ao ensino da LI, se deve fazer parte de um seleto número de alunos de uma escola particular ou curso de idiomas. De forma que, ao se tratar de ensino e aprendizagem de inglês, o fator financeiro não pode ser relegado.

Quanto ao termo “língua internacional”, um dos primeiros estudiosos a defini-lo foi Smith (1976 apud MCKAY, 2002, p. 11): “é aquela [língua] usada por pessoas de diferentes nações para comunicar umas com as outras”. Silva (2012, p. 11) explica que

... o uso do inglês como língua internacional (ILI) leva à crescente desvinculação entre a língua e os espaços geográficos restritos a países ou nações específicas, passando o idioma a ser apropriado nos mais diversos contextos e para diferentes propósitos [...].

Algumas características garantem ao inglês este status. Segundo Mckay (2002), elas são: a) o uso global da língua para fins de comunicação entre países e local como uma língua de comunicação ampla entre sociedades multilíngues; b) o uso da LI não está mais relacionado às culturas dos países do “Inner Circle”; c) no nível local, o inglês se vê imerso na cultura do país onde ele é usado; e d) no sentido global, uma de suas funções mais importantes é capacitar seus falantes a compartilhar suas ideias e culturas com outros. Como conclui:

Várias características do inglês hoje, então, lhe garantem o status de língua internacional, particularmente no sentido global. Claramente, esta é a língua que está sendo aprendida por mais e mais indivíduos como uma língua adicional, é central para o crescimento econômico global e é a principal língua da cultura de massa em desenvolvimento. (MCKAY, 2002, p. 15)

Apesar das dissensões a respeito do termo utilizado para caracterizar o atual status da LI, entendemos que este idioma apresenta todos os aspectos supracitados e, por isso, escolhemos adotar aqui os dois termos (língua franca e língua internacional) como sinônimos e complementares entre si.

O que nos importa observar através dessa retomada histórica da expansão da LI é que este processo se deu via algum tipo de poder, seja ele militar, colonial, industrial, político, econômico ou tecnológico. O fato de o atual status da LI ser fruto desse processo histórico diz muito sobre o tipo de ideologia com a qual estamos lidando. Aprender inglês traz consigo uma

série de crenças a respeito dos benefícios que isso possa trazer ao aprendiz. “Muitos indivíduos aprendem inglês [...] porque eles querem acesso a coisas como informação científica e tecnológica, comércio econômico global e melhor educação. ‘Em suma, inglês provê poder lingüístico’ (KACHRU, 1986, p. 1)” (MCKAY, 2002, p. 21).

## Ideologia e Ensino-Aprendizagem de LI

*Todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que estes trazem consigo.*  
(FOUCAULT, 2004, p. 12)

Fairclough (2001) e Foucault (2004), apesar de divergirem em alguns aspectos sobre a Análise do Discurso<sup>5</sup>, concordam com a assertiva de que todo discurso carrega consigo uma ideologia dominante e que essa ideologia é mediada pela linguagem. Fruto de uma situação social, o discurso está impregnado pelas ideias emanadas da classe que domina ideologicamente aquela sociedade. Dentre as instituições sociais que colaboram para a propagação da ideologia dominante, a entidade escolar desempenha o papel de modeladora, adestradora dos indivíduos, fazendo-os entender quais as ideias e discursos apropriados dentro do contexto social, principalmente segundo a classe detentora do poder (FOUCAULT, 2007).

No ensino-aprendizagem de língua estrangeira, principalmente de uma língua de alcance global como o inglês, essas relações de poder e discursos político-ideológicos dominantes se fazem igualmente presentes. A disseminação do inglês em âmbito mundial possibilitou o contato de diversos países com as culturas dominantes da LI – essencialmente a britânica e a americana. Nas ex-colônias desses impérios, marcas ideológicas do contato com a língua e cultura invasoras ainda permanecem registradas no imaginário desses povos. Como confirma Freire (1987, p. 87):

---

<sup>5</sup> Para maiores informações, consultar a obra de Fairclough *Discurso e mudança social* em que o autor dedica um capítulo inteiro (p. 61-88) às contribuições de Foucault para a Análise do Discurso e os principais pontos em que esses dois teóricos divergem entre si.

Uma condição básica ao êxito da invasão cultural é o conhecimento por parte dos invadidos de sua inferioridade intrínseca. [...] na medida em que os invadidos vão reconhecendo-se ‘inferiores’ necessariamente irão reconhecendo a ‘superioridade’ dos invasores. Os valores des-tes passam a ser a pauta dos invadidos. Quanto mais se acentua a invasão, alienando o ser da cultura e o ser dos invadidos, mais estes quererão parecer com aqueles: andar como aqueles, vestir à sua maneira, falar a seu modo.

Todas as línguas que expandiram seu alcance por meio de processos colonizadores levaram consigo essa ideia de dominação e superioridade. Afinal, a língua estrangeira estava necessariamente relacionada ao estrangeiro-dominador. Dessa forma, o poder exercido pela LI nas sociedades alcançadas por ela também encontra respaldo na história da humanidade e remonta ao papel histórico desempenhado pela palavra estrangeira na formação das civilizações da história, como explica Bakhtin (2002, p. 101, grifo do autor):

... a palavra estrangeira foi, efetivamente, o veículo da civilização, da cultura, da religião, [e] da organização política (os sumérios em relação aos semitas babilônicos; os jaféticos em relação aos helenos; Roma, o cristianismo, em relação aos eslavos do leste, etc.). Esse grandioso papel organizador da palavra estrangeira – palavra que carrega consigo forças e estruturas estrangeiras [...] – fez com que, na consciência histórica dos povos, a palavra estrangeira se fundisse com a idéia de *poder*, de *força*, de *santidade*, de *verdade*, e *obrigou* a reflexão lingüística a voltar-se de maneira privilegiada para seu estudo.

Para os povos dominados, diante de tamanha exposição à cultura dominante, o conformismo e a réplica parecem ser o caminho mais natural a seguir. Atitude semelhante é, por vezes, vivenciada em salas de aula de LI, onde se observa certa ignorância quanto à dimensão política do ensino de línguas por parte dos seus propagadores: os próprios docentes de LI, acostumados a ver sua atividade pedagógica como isenta de valores ideológicos e, portanto, apolítica. O resultado dessa alienação é descrito por Siqueira (2005, p. 3):



E assim, santificamos a língua, divinizamos a cultura (ou culturas) por esta representada. [...] De forma imposta ou não, facilmente sucumbimos à ditadura do livro didático (embora não em todos os contextos) e, juntamente com seus autores, em grande parte estrangeiros, enfatizamos, de maneira quase ostensiva, alimentando uma espécie de etnocentrismo às avessas, os aspectos (normalmente, os positivos) da língua e cultura estrangeiras, sem sequer tentarmos promover a importantíssima relação dialógica entre cultura alvo e cultura materna.

Brun e Brun (2010, p. 104) afirmam que os alunos de LI, especialmente durante o ensino fundamental, “estão particularmente submetidos às representações sociais dos seus professores sobre o outro estrangeiro e sua cultura”. Portanto, esse tipo de posicionamento acrítico e alienado por parte do professor tende a imobilizar o pensamento cultural crítico do aluno, o que pode incorrer, inclusive, na formação ou manutenção de estereótipos culturais em seu imaginário. Pois, como discutimos, o processo de aprendizagem de uma língua envolve a transmissão de aspectos ideológico-culturais que, em sua maioria, nem são percebidos pelo receptor, como explica Hinkel (1999 apud KAWACHI, 2010, p. 43, grifo do autor):

... um significado muito mais complexo de cultura refere-se a normas socioculturais, visões de mundo, crenças, hipóteses e sistemas de valores que se enquadram em praticamente todas as facetas do uso da língua, incluindo a sala de aula e o processo de ensino-aprendizagem. O termo *cultura invisível* se aplica a crenças socioculturais e hipóteses sobre as quais a maioria das pessoas não está ciente e, portanto, não pode examinar intelectualmente.

Kubota (1998 apud MCKAY, 2002) relata uma das formas que o inglês tem exercido influência no Japão: através das imagens apresentadas nos livros didáticos de inglês a respeito da língua, cultura, raça e etnia dos falantes nativos como sendo superiores. Mas a autora alerta que “não é a língua inglesa ou sua ampla aquisição que é a causa de tal estereótipo negativo. A culpa deve recair, preferivelmente, sobre aqueles que disseminam livros e idéias que expõem estas imagens negativas” (MCKAY, 2002, p. 23).

O contato com essa “cultura invisível” – ideologia dominante presente na LI – não se dá apenas na sala de aula, mas é lá onde as questões ideológicas da língua devem ser problematizadas, debatidas e pensadas. Para isso, porém, é preciso primeiramente reconhecer que ainda há “lacunas enormes na formação do professor de línguas. A competência cultural crítica é uma delas” (SIQUEIRA, 2005, p. 19). O professor, enquanto igualmente aprendiz, necessita “também ser formado em bases que privilegiem o pensamento crítico e estejam ancoradas em uma pedagogia libertadora que o transforme tanto em produtor quanto em produto da história” (SIQUEIRA, 2005, p. 19), a fim de que lhe sejam fornecidos subsídios que lhe permitam trabalhar a sensibilização cultural dos seus alunos.

A sensibilização cultural pode ser concebida por meio de uma abordagem intercultural crítica, estimulando os aprendizes de LI a criticar a ideologia dominante que os oprime. De acordo com Rajagopalan (2005, p. 154), é responsabilidade do professor empoderar os seus alunos a fim de auxiliá-los a “dominar a língua estrangeira, em vez de se deixar ser dominado por ela”. É preciso, primeiramente, que se compreenda que a LI – como qualquer outra língua estrangeira cuja expansão seja fruto de imperialismo – deve ter o propósito de servir aos interesses do aprendiz e não do “dominador”. Ao fazer isso, o professor demonstrará consciência do que denunciou Freire (1987, p. 38):

A educação como prática da dominação, [...] mantendo a ingenuidade dos educandos, o que pretende, em seu marco ideológico (nem sempre percebido por muitos dos que a realizam), é indoutriná-los no sentido de sua acomodação ao mundo da opressão.

Se o discurso é capaz de reproduzir as relações de poder, ele também é capaz de transformá-las. Nessa perspectiva, os indivíduos são capazes de repensar seus discursos e romper com a ideologia da classe dominante. Freire (1987, p. 84, grifo do autor) ensina que “o antídoto a esta manipulação está na organização criticamente consciente, cujo ponto de partida [...] está na *problematização* da realidade nacional e da própria manipulação.” A fim de que isso aconteça, acreditamos, como Siqueira (2009, p. 81), que a práxis docente deve ter

... como pano de fundo a pedagogia crítica que, dentre outros princípios norteadores, concebe o processo de ensino e aprendizagem de línguas como um empreendimento pleno de conotações ideológicas e políticas (Rajagopalan, 2006), rejeita pretensões rígidas de objetividade e neutralidade de discurso e propõe a transformação de salas de aula em lugares onde cânones de conhecimento sejam questionados e desafiados (Pennycook, 1990, 1994).

Ao evocar os princípios da pedagogia crítica freireana, é preciso exercitar “a linguagem da possibilidade, a filosofia da experiência, a prática emancipadora” (SIQUEIRA, 2005, p. 21). Guiado por estes, o professor já liberto pelo desenvolvimento dessa consciência cultural crítica se vê apto para provocar nos seus alunos a reflexão igualmente crítica, sendo agente imprescindível na não perpetuação de complexos de inferioridade e evitando a criação/manutenção de estereótipos em relação à LI. Afinal, “o verdadeiro propósito do ensino de línguas estrangeiras é formar indivíduos capazes de interagir com pessoas de outras culturas e modos de pensar e agir. Significa transformar-se em cidadãos do mundo” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 70).

### **Considerações Finais**

Em 1929, Bakhtin já esboçava grande consternação sobre a ignorância da lingüística acerca do caráter ideológico do que ele chama de palavra estrangeira – que aqui entendemos como sinônimo de língua estrangeira. Na sua obra de maior veiculação, *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin (2002, p. 101) denuncia:

... a filosofia da linguagem e a lingüística até hoje ainda não se conscientizaram do imenso papel ideológico da palavra estrangeira. A lingüística continua escravizada por ela. Representa, por assim dizer, a última onda trazida pelas águas outrora criativas e vivas da palavra estrangeira, a última peripécia de sua carreira ditatorial e geradora de cultura. Esta é a razão pela qual a lingüística, ela própria produto da palavra estrangeira, está ainda longe de alcançar uma compreensão correta do papel dessa palavra na história da língua e da consciência lingüística.

Apesar de ter sido declarada no começo do século XX, é possível perceber a atualidade dessa afirmação ao se analisar o desprestígio com que o caráter ideológico da LI tem sido tratado nos estudos linguísticos, na formação de professores e, conseqüentemente, nas salas de aula. Entretanto, como Fairclough (1992, p. 121, grifo nosso), acreditamos que

... os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas eles também são capazes de agir de forma a criar suas próprias conexões entre as diversas práticas sociais e ideologias às quais são expostos e **reestruturar seu posicionamento dentro destas práticas e estruturas**. O equilíbrio entre o sujeito enquanto ‘efeito’ ideológico e o sujeito enquanto agente ativo é uma variável que depende de condições sociais, tais como a estabilidade relativa das relações de dominação. [...] **Relações de poder podem ser afetadas por práticas discursivas de qualquer natureza.**

Diante dessa possibilidade de mudança, urge um novo posicionamento por parte dos responsáveis pelo ensino e aprendizagem deste idioma tão falado e desejado no mundo inteiro. Este posicionamento, acreditamos, deve estar pautado em uma consciência crítica e bem orientada para a igualdade entre os povos e classes sociais de todas as partes do globo. Igualdade esta que em nada tem a ver com a assimilação de costumes e práticas únicos para todos ou que se ancora não na completa identificação entre os seres, mas numa igualdade advogada em termos de valor e apreciação dos indivíduos por serem todos seres humanos.

Assim, defendemos um ensino da LI ancorado na abordagem intercultural a fim de que seus falantes (independente do nível de aprendizagem em que estejam e em qual país nasceram) se sintam valorizados e integrados na comunidade global, sem que para isso seja necessária uma adequação aos padrões e costumes do outro. Aos governos e seu fazer político e educacional, às instituições de formação de professores, aos docentes de LI e aos aprendizes, a sua parte.

## Referências

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BAKHTIN, M. *O freudismo*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CRYSTAL, D. *English as a global language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CRYSTAL, D. Interview with David Crystal by Jack Scholes. *New Routes Dial*, p. 10-12, Jan. 2010. Disponível em: <<http://bit.do/bFHoo>>. Acesso em: 20 set. 2013.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. New York: Longman, 1996.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 3. ed. Tradução Luís Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2004.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 24. ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- GIMENEZ, T.; CALVO, L. C. S.; EL KADRI, M. S. (Orgs.) *Inglês como língua franca: ensino-aprendizagem e formação de professores*. Campinas: Pontes, 2011. (Coleção Novas Perspectivas em Linguística Aplicada, 14).
- GRADDOL, D. *The future of English? A guide to forecasting the popularity of the English language in the 21<sup>st</sup> century*. The British Council. London: The English Company, 2000.

KAWACHI, G. J. *Estereótipos culturais em estágios avançados de aprendizado de inglês como língua estrangeira e seus desdobramentos para ensino e uso do idioma*. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

KOVALEK, O. A língua inglesa no mundo: análise dos cadernos da rede pública do estado de São Paulo. In: SIMPÓSIO NACIONAL E INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA - SILEL, 1., 2013, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: EDUFU, 2013.

KUMARAVADIVELU, B. A Linguística Aplicada na era da globalização. In: MOITA LOPES, L. P. da. (Org.) *Por uma Linguística Aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 129-148.

MAFRA, N. L. The English language and its global dominance in the dissemination of scholarly information: Effects on the working lives of professors at a Brazilian state university. In: LIMA, D. C. (Ed.). *Foreign-language learning and teaching: from theory to practice*. Vitória da Conquista: Uesb, 2004. p. 137-156.

MCKAY, S. L. *Teaching English as an international language*. Oxford Handbooks. 2002.

MOITA LOPES, L. P. Stories through which we are woven: constructing masculinity in the language classroom. In: WORLD CONGRESS OF APPLIED LINGUISTICS, 12., 1999, Tokyo. (mimeo).

RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

RAJAGOPALAN, K. O ensino de línguas estrangeiras como uma questão política. In: MOTA, K.; SCHEYERL, D. (Orgs.). *Espaços linguísticos: resistências e expansões*. Salvador: Edufba, 2006. p. 17-24.

RAJAGOPALAN, K. For the umpteenth time, the “native speaker”: or, why the term signifies less and less in the case of English as it spreads more and more throughout the world. In: LIMA, D. C. *Language and its Cultural Substrate: perspectives for a globalized world*. Vitória da Conquista: Uesb, 2012. p. 37-58.

SIQUEIRA, S. O desenvolvimento da consciência cultural crítica como forma de combate à suposta alienação do professor brasileiro de inglês. *Inventário*, abr. 2005. Disponível em: <<http://bit.do/bFHoY>>. Acesso em: 13 out. 2013.

SIQUEIRA, S. Como abordar questões ideológicas nas aulas de língua estrangeira? In: LIMA, D. C. (Org.). *Ensino e aprendizagem de língua inglesa: conversas com especialistas*. São Paulo: Parábola, 2009. p. 79-92.

Recebido em: 20/11/2014

Aceito: 02/05/2015